

# Cassados deverão perder aposentadoria

MARCELO DE MORAES

**BRASÍLIA** — Além de cassar os mandatos e confiscar os bens dos parlamentares que desvia-ram recursos da União, a CPI do Orçamento deverá também cortar suas aposentadorias. O regimento inter-no do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) não faz qualquer restrição ao pagamen-to de pensões a parlamentares que tenham sido cassados. Na verdade, qualquer um deles que tenha cumprido o prazo mínimo de oito anos de mandato poderá requerer a aposentadoria pro-porcional e o pedido será avalia-do pelo Conselho do IPC, forma-do por parlamentares.

Para evitar isso, o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) já analisa a possibilidade de incluir o pedido de suspensão do paga-mento das aposentadorias no seu relatório final. Essa atitude poderá servir como forma de pressão sobre o Conselho do IPC, fazendo com que seus mem-bros não aceitem os pedidos de aposentadoria feitos pelos inte-grantes da máfia do Orçamento. Ontem, os deputados Sandra Starling (PT-MG) e Jóques Wag-ner (PT-BA) entregaram um re-querimento ao comando da CPI do Orçamento justamente com esse propósito.

● **FUNDAÇÃO** — Acompanha-dos de dois fiscais da Receita Fe-deral, os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) Cláu-dia Maria Borja Reis, Walter Fran-cisco Goulart e Juciara Batista de Azevedo voltaram ontem à Fundação Roberto Marinho, para examinar novos documen-tos referentes ao contrato e con-vênios firmados entre a institui-ção e a União, no período entre 1988 e 1993. A auditoria deverá estar concluída na próxima se-gunda-feira, quando os auditores encaminharão um relatório ao presidente da CPI do Orça-men-to, senador Jarbas Passarinho.



O GLOBO